



389

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo*

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL Nº 0302563-6**

**APELANTE:** MARIA AUXILIADORA DA SILVA

**APELADO:** INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**RELATOR:** DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

**DIREITO ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO ACIDENTÁRIO. PROVA PERICIAL. LAUDOS CONFLITANTES ADOÇÃO DO PRINCÍPIO IN DÚBIO PRO MISERO. INCAPACIDADE LABORAL. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

1. As provas produzidas nos autos, inclusive a pericial, são suficientes e satisfatórias para a convencção do magistrado e a resolução da demanda.
2. O laudo do perito oficial do INSS de fls. 240/245 concluiu da seguinte forma: “*não há seqüela articular, nem tampouco redução na capacidade para o trabalho ou impossibilidade de desempenho de sua atividade habitual.*”
3. Destarte, o magistrado não se encontra adstrito ao lado pericial, vez que tem a faculdade de firmar seu convencimento com lastro em outras premissas. No caso em deslinde, as provas produzidas nos autos e a documentação juntada pela agravada é vasta, com inúmeros laudos subscritos por vários médicos, informando sua impossibilidade de trabalhar e, em alguns, com recomendação, inclusive, para afastamento das funções por tempo indeterminado (fls. 337).
4. Em várias decisões do próprio INSS foi constatada a incapacidade da recorrente para o trabalho (fls. 72; 75; 77; 79). Igualmente considerada INAPTA para a função através do ASO – Atestado de Saúde Ocupacional (fls. 73), além da conclusão clínica acostada às fls. 301 em que diagnosticada como portadora de Síndrome do Túnel do Carpo bilateral, (C5 e C6), tendinite e epicondilite nos ombros e cotovelos, “*sem condições para o trabalho por tempo indeterminado*”.
5. De acordo com o princípio do livre convencimento, creio que merece acolhida a linha de argumentação defendida pela apelante, desta forma, extrai-se, de maneira conclusiva, que faz jus a segurada, ao benefício pleiteado, pelo que considero os documentos por ela acostados como os que melhor demonstram a realidade dos fatos.
6. Recurso de apelação a que se dá provimento.

**Acórdão**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da 3ª Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 19 / 09 / 2013, à unanimidade, em **DAR PROVIMENTO** ao recurso, tudo conforme os votos constantes nas notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 19 de Setembro de 2013

**Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo**  
Relator



382  
/

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo*

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL Nº 0302563-6**

**APELANTE:** MARIA AUXILIADORA DA SILVA

**APELADO:** INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**RELATOR:** DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

**RELATÓRIO**

Trata-se de Apelação Cível interposta em face de sentença proferida pelo Juiz de Direito da 1ª Vara de Acidentes de Trabalho da Capital que, em sede de ação acidentária proposta por Maria Auxiliadora da Silva em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social, julgou improcedente o pedido de restabelecimento de auxílio-doença acidentário.

A apelante, auxiliar de laboratório do Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife onde trabalhava realizando coleta de sangue e digitação de cadastros, vem sofrendo desde de 2004 com dores nos membros superiores, choques, dormência e ausência de força.

Foi diagnosticada, naquela oportunidade como portadora de Síndrome do Túnel do Carpo, tendinite e epicondilite nos ombros e cotovelos. Diante desse fato a empregadora expediu uma CAT e o INSS concedeu o benefício durante o qual se submeteu a tratamentos médicos, fisioterápicos e inclusive cirúrgicos (foram 4 intervenções cirúrgicas segundo a declaração de fls. 94).

Após alta médica, continuou sentindo fortes dores e em 2007 a empregadora emitiu nova CAT concedido novo benefício, espécie 91.

Em 2009 seu pedido de prorrogação de Auxílio-doença foi indeferido (fls. 86) embora tenha sido considerada INAPTA pelo médico do trabalho da empregadora quando do seu retorno.

Decisão interlocutória às fls. 98/100 concedendo em parte a tutela requerida determinando a reabertura do auxílio-doença acidentário em favor da autora até ulterior deliberação.

Sentença às fls. 341/343 em que julgada IMPROCEDENTE a ação acidentária revogando, por conseguinte, a tutela antecipada.



383  
/

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
***Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo***

---

Em suas razões de Apelação, *MARIA AUXILIADORA DA SILVA* aduz, em síntese, que restou comprovado nos autos o acidente de trabalho e o nexo de causalidade e que, após a cirurgia realizada durante o período da concessão do benefício, perdeu a força no membro superior direito e ainda apresenta fortes dores e dormência pelo que estaria impossibilitada de exercer normalmente suas atividades. À derradeira, requer a modificação do *decisum* objurgado para restabelecer o benefício pleiteado.

Contrarrazões às fls. 351/352 em que requer a manutenção do julgado por estar de acordo com o laudo do perito oficial.

Parecer do Ministério Público às fls. 364/370 no sentido do improvimento do apelo.

**É o relatório. Feito que se submete à revisão.**

Recife, 11 de 07 de 2013

**Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo**  
**Relator**



390

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo*

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL Nº 0302563-6**

**APELANTE:** MARIA AUXILIADORA DA SILVA

**APELADO:** INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**RELATOR:** DESEMBARGADOR ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

**VOTO**

Cinge-se o objeto do presente recurso ao restabelecimento de auxílio-doença acidentário que deixou de ser pago pelo INSS em 2009.

O direito pleiteado é um benefício concedido ao segurado incapacitado para o trabalho em decorrência de acidente de trabalho ou de doença profissional. Considera-se acidente de trabalho aquele ocorrido no exercício de atividades profissionais a serviço da empresa (típico) ou ocorrido no trajeto casa-trabalho-casa (de trajeto). Ocorrido o acidente, resultará a incapacidade temporária para o trabalhador em consequência das seqüelas causadas pelo evento infortunístico.

Feita essa breve digressão a respeito do instituto, avanço na análise do caderno processual, para, desta forma, apreciar as razões da apelante, bem como ponderar de forma percuciente a respeito do entendimento firmado na sentença ora vergastada, a qual se apoiou em provas periciais confeccionadas na instrução processual.

Pois bem. O juiz de primeiro grau entendeu que *“a incapacidade laborativa deve ser avaliada mediante exame médico pericial a cargo da Previdência Social, conforme art. 42, § 1º da Lei nº 8.213/91, de modo que laudos médicos obtidos de fonte particular ou mesmo pública não podem prevalecer sobre o exame médico pericial a cargo da Previdência Social ou a perícia realizada em juízo”*.

Destarte, à partida, cumpre averbar que o magistrado não se encontra adstrito ao lado pericial, vez que tem a faculdade de estabelecer seu convencimento com lastro em outras premissas. Todavia, no caso em deslinde, as provas produzidas nos autos e a documentação juntada pela agravada é vasta, com inúmeros laudos subscritos por vários médicos, informando sua impossibilidade de trabalhar e, em alguns, com recomendação, inclusive, para afastamento da recorrente de suas funções por tempo indeterminado (laudo de fls. 337).

O laudo do perito oficial do INSS de fls. 240/245 concluiu da seguinte forma: *“ não há seqüela articular, nem tampouco redução na capacidade para o trabalho ou impossibilidade de desempenho de sua atividade habitual.”*



391

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo**

Contudo, verifico que em várias decisões do INSS foi constatada sua incapacidade para o trabalho ( fls. 72; 75; 77; 79). Igualmente considerada INAPTA para a função através do ASO – Atestado de Saúde Ocupacional (fls. 73), além da conclusão clínica acostada às fls. 301 em que diagnosticada como portadora de Síndrome do Túnel do Carpo bilateral, (C5 e C6), tendinite e epicondilite nos ombros e cotovelos, “*sem condições para o trabalho por tempo indeterminado*”.

Por oportuno, o art. 59 da Lei nº 8213/91 prevê a concessão do auxílio-doença ao segurado incapacitado para o seu trabalho, como é o que aqui ocorre:

***“Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.*”**

*Parágrafo único. (omissis)*

***Art. 60. O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz. (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)”***

Nessa esteira, diante do exame percuciente dos autos, amparando-me no princípio do livre convencimento, creio que merece acolhida a linha de argumentação defendida pela apelante, desta forma, perfilho o entendimento segundo o qual faz jus a segurada, ao benefício pleiteado, pelo que considero os documentos acostados às fls. 38; 49; 51; 56; 94; 301 como os que melhor demonstram a realidade dos fatos.

Ora, é cediço que nas demandas acidentárias se impõe a aplicação do princípio *in dubio pro misero*, o qual exige a análise do conjunto probatório de maneira mais favorável ao beneficiário. Por oportuno, nesse ponto, apenas a título de ilustração, confira-se:

***PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO ACIDENTE. AMPUTAÇÃO DA FALANGE DISTAL. REDUÇÃO DA CAPACIDADE DE TRABALHO HABITUAL. LAUDOS CONFLITANTES. ADOÇÃO DO PRINCÍPIO IN DÚBIO PRO MISERO. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Apesar dos laudos apresentados concluírem pela inexistência de sequelas incapacitantes, é cediço que o julgador não está adstrito às perícias apresentadas, podendo decidir contra elas quando existirem nos autos elementos e provas que indiquem o contrário, entendimento este adotado por este Sodalício em casos semelhantes 2. O juiz para a formação de seu convencimento não está adstrito ao laudo pericial, podendo apreciar livremente os elementos probatórios trazidos aos autos, desde que fundamentada sua decisão. 3. A perda da capacidade do agravado para exercer a mesma função que desempenhava antes do acidente é incontestável, levando-se em conta que como o mesmo trabalhava em uma função eminentemente braçal é evidente que a perda de dois dedos da mão esquerda***



392.

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo**

*ocasiona a redução considerável no desempenho da atividade laboral. 4. Prevalece, nesses casos, o entendimento de que para a concessão do auxílio acidente deverá ocorrer a redução da capacidade laborativa habitual do segurado e não a sua incapacidade total. 5. À unanimidade de votos, não se proveu o recurso de agravo (2459727 PE 0010698-03.2012.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 21/06/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 122)*

Prosseguindo no exame dos autos, passo a apreciar os juros, a correção monetária por se tratar de matéria de ordem pública. Pois bem. Observo que a aplicação dos juros e da correção monetária deve atender ao disposto no artigo 41-A da Lei nº 8.213/91, atualizando os valores monetariamente nos termos da Lei nº 6.899/81, com aplicação de juros de mora de 1% ao mês, conforme entendimento do STJ, por se tratar de verbas de caráter alimentar; e, a partir da publicação da Lei 11.960/09, de acordo com a nova redação da Lei nº 9.494/97, que diz:

*Art. 1º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.*

Por derradeiro, no que diz respeito aos honorários advocatícios, entendo que devem ser fixados em 10% sobre o valor da condenação.

Diante do exposto, que adoto como razões para decidir, **VOTO** pelo **PROVIMENTO** da Apelação, para reformar a sentença atacada, determinando a concessão do benefício auxílio-doença acidentário, espécie 91, com efeito retroativo à data da cessação, devendo ser creditadas todas as parcelas que não foram pagas à segurada, com atualização (correção monetária e juros de mora) da dívida em questão na forma do art. 1º-F da lei 9.494/97, com a nova redação dada pela lei 11.960/09.

Recife, 19 de Setembro de 2013

**Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo**  
**Relator**



399

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

3ª Câmara de Direito Público  
Apelação Cível nº 302563-6  
Apelante (s): Maria Auxiliadora da Silva  
Apelado (a/s): INSS  
Relator: Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo  
Revisor: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

**VOTO DE REVISÃO:**

Analisados os autos, acompanho o eminente relator e voto por **DAR PROVIMENTO** ao apelo voluntário.

É como voto.

Recife, 19 de Setembro de 2013

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo  
Revisor